



Janeiro/2012

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7, referem-se ao texto abaixo.

O tempo, como o dinheiro, é um recurso escasso. Isso poderia sugerir que ele se presta, portanto, à aplicação do cálculo econômico visando o seu melhor proveito. O uso racional do tempo seria aquele que maximiza a utilidade de cada hora do dia. Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera e escolhe exatamente aquela que lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios.

Ocorre que a aplicação do cálculo econômico às decisões sobre o uso do tempo é neutra em relação aos fins, mas exigente no tocante aos meios. Ela cobra uma atenção alerta e um exercício constante de avaliação racional do valor do tempo gasto. O problema é que isso tende a minar uma certa disposição à entrega e ao abandono, os quais são essenciais nas atividades que envolvem de um modo mais pleno as faculdades humanas. A atenção consciente à passagem das horas e a preocupação com o seu uso racional estimulam a adoção de uma atitude que nos impede de fazer o melhor uso do tempo.

Valéry investigou a realidade dessa questão nas condições da vida moderna: “O lazer aparente ainda permanece conosco e, de fato, está protegido e propagado por medidas legais e pelo progresso mecânico. O nosso ócio interno, todavia, algo muito diferente do lazer cronometrado, está desaparecendo. Estamos perdendo aquela vacuidade benéfica que traz a mente de volta à sua verdadeira liberdade. As demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.”

O paradoxo é claro. Quanto mais calculamos o benefício de uma hora “gasta” desta ou daquela maneira, mais nos afastamos de tudo aquilo que gostaríamos que ela fosse: um momento de entrega, abandono e plenitude na correnteza da vida. Na amizade e no amor; no trabalho criativo e na busca do saber; no esporte e na fruição do belo – as horas mais felizes de nossas vidas são precisamente aquelas em que perdemos a noção da hora.

(Adaptado de Eduardo Giannetti. **O valor do amanhã**. São Paulo, Cia. das Letras, 2005, p.206-209)

1. O posicionamento crítico adotado pelo autor em relação ao emprego do cálculo econômico sobre a utilização do tempo está em:
 - (A) *O uso racional do tempo seria aquele que maximiza a utilidade de cada hora do dia.*
 - (B) *Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera e escolhe exatamente aquela que lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios.*
 - (C) *A atenção consciente à passagem das horas e a preocupação com o seu uso racional estimulam a adoção de uma atitude que nos impede de fazer o melhor uso do tempo.*
 - (D) *Isso poderia sugerir que ele se presta, portanto, à aplicação do cálculo econômico visando o seu melhor proveito.*
 - (E) *O lazer aparente ainda permanece conosco e, de fato, está protegido e propagado por medidas legais e pelo progresso mecânico.*
2. O paradoxo a que o autor se refere está corretamente resumido em:
 - (A) O tempo despendido na busca de conhecimento é recompensado pelo saber.
 - (B) Os momentos de relaxamento pleno advêm do bom planejamento do uso do tempo.
 - (C) A criatividade confere maior qualidade ao tempo despendido com o trabalho.
 - (D) O controle do uso do tempo compromete o seu aproveitamento prazeroso.
 - (E) As horas de maior prazer são aquelas empregadas em atividades bem planejadas.



3. Leia atentamente as afirmações abaixo.

- I. *O problema é que isso tende a minar...* (2º parágrafo)
O pronome grifado se refere a *decisões sobre o uso do tempo*.
- II. *... os quais são essenciais nas atividades que envolvem de um modo mais pleno as faculdades humanas.* (2º parágrafo)
O segmento grifado na frase acima se refere aos termos *a entrega e o abandono*.
- III. Os segmentos *vacuidade benéfica* (3º parágrafo) e *fruição do belo* (4º parágrafo) estão corretamente traduzidos, respectivamente, por **esmorecimento revigorante** e **deleite venturoso**.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
(B) I e III.
(C) I.
(D) II e III.
(E) I e II.

4. *O nosso ócio interno, todavia, algo muito diferente do lazer cronometrado, está desaparecendo. [...] As demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.* (3º parágrafo)

Uma redação alternativa para as frases acima, em que estas se articulam com correção e lógica, está em:

- (A) Contudo, algo muito diferente do lazer cronometrado: o nosso ócio interno, está desaparecendo, pois, as demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.
- (B) Entretanto, o nosso ócio interno, algo muito diferente do lazer cronometrado, está desaparecendo, na medida em que as demandas, a tensão e a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.
- (C) Porém, algo muito diferente do lazer cronometrado, está desaparecendo: o nosso ócio interno; porquanto, as demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.
- (D) O nosso ócio interno, algo muito diferente do lazer cronometrado, contudo, está desaparecendo, embora as demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.
- (E) No entanto, está desaparecendo algo muito diferente do lazer cronometrado: o nosso ócio interno, ainda que as demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.

5. *... aquele que maximiza a utilidade de cada hora do dia.* (1º parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento do verbo grifado acima está em:

- (A) *... aquela que lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios.*
- (B) *... a adoção de uma atitude que nos impede de...*
- (C) *Valéry investigou a realidade dessa questão nas condições da vida moderna...*
- (D) *Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera...*
- (E) *... que ele se presta, portanto, à aplicação do cálculo econômico...*

6. *As demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.*

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) tem sido perturbado.
(B) são perturbadas.
(C) perturbam-no.
(D) perturbam-se.
(E) é perturbado.

7. Das decisões cotidianas relacionadas distrações e dietas escolhas profissionais e afetivas de longo prazo, o modo como usamos o tempo influencia todos os setores da vida e acarreta algum tipo de ônus ser pago futuramente.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) a - às - à
(B) à - as - à
(C) à - às - a
(D) à - as - a
(E) a - às - a



Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Setembro de 2005

Woody Allen acabou de montar *Scoop* – O grande furo. Agora vai tentar elaborar seu próximo filme, mas não sabe onde ele será feito. Londres foi um prazer inesperado, e ele pretendia fazer o terceiro filme seguido lá, mas o sucesso crítico e financeiro de *Match Point* deu origem a outras possibilidades.

– Vou esperar até ver *Scoop* para perguntar mais, mas você gostaria de fazer alguma observação?

– Tenho um papel no filme porque é uma comédia, automaticamente mais leve. Houve um tempo em que eu, mais jovem, estava ligado em comédia e pensava: Ah, isto é engraçado. Mas não sinto mais a mesma coisa. Foi divertido fazer *Match Point* e fiquei muito envolvido como espectador enquanto fazia o filme. Adorei o fato de não atuar nele, adorei o fato dele ser sério, e, quando foi lançado, me deu uma sensação boa, fiquei orgulhoso. Já por uma comédia, em especial uma comédia em que atuo, dificilmente eu me interessou.

(Adaptado de Eric Lax. **Conversas com Woody Allen**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo, Cosac Naify, 2009, p.69)

8. ... e ele pretendia fazer o terceiro filme seguido lá...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) Houve um tempo em que eu...
- (B) ... o sucesso crítico e financeiro de *Match Point* deu origem a outras possibilidades.
- (C) ... mas você gostaria de fazer alguma observação?
- (D) ... estava ligado em comédia...
- (E) Mas não sinto mais a mesma coisa.

9. ... em especial uma comédia em que atuo...

O segmento grifado acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) A trilha sonora Philip Glass compôs para o filme *Sonho de Cassandra* é carregada de tensão.
- (B) O estúdio musical as trilhas sonoras de Woody Allen são gravadas já abrigou uma galeria de arte.
- (C) A crítica os cineastas deparam a cada filme costuma ser inócua para suas obras.
- (D) Um filme Woody Allen deve se orgulhar é *Match Point*.
- (E) Diane Keaton é uma atriz Woody Allen pôde contar diversas vezes.

10. O livre comentário sobre o filme *Match Point* que foi redigido com clareza, correção e lógica está em:

- (A) Com o grande sucesso de crítica e público alcançados quando foi exibido em Cannes, *Match Point*, a despeito de outros projetos realizados pelo cineasta, à medida em que obteve considerável retorno financeiro, configura-se, assim, como um dos filmes mais sombrios feito por Woody Allen.
- (B) *Match Point*, um dos filmes mais sombrios de Woody Allen, cujo grande sucesso de crítica e público foram alcançados quando exibido em Cannes, a despeito de outros projetos realizados pelo cineasta, obteve considerável retorno financeiro.
- (C) Um dos filmes mais sombrios de Woody Allen, *Match Point*, cujo o grande sucesso de crítica e público seriam alcançados em sua exibição em Cannes, difere de outros projetos realizados pelo cineasta, conquanto obteve considerável retorno financeiro.
- (D) *Match Point*, um dos filmes mais sombrios de Woody Allen, alcançou grande sucesso de crítica e público quando foi exibido em Cannes e, ao contrário de outros projetos realizados pelo cineasta, obteve considerável retorno financeiro.
- (E) A despeito de ser um dos filmes mais sombrios feitos por Woody Allen, quando foi exibido em Cannes *Match Point*, diferentemente de outros projetos realizados pelo cineasta, que obteve considerável retorno financeiro, alcança grande sucesso de crítica e público.

**Noções de Informática**

11. Sobre sistemas operacionais é INCORRETO afirmar:
- (A) O sistema operacional é uma camada de *hardware* que separa as aplicações do *software* que elas acessam e fornece serviços que permitem que cada aplicação seja executada com segurança e efetividade.
 - (B) Na maioria dos sistemas operacionais um usuário requisita ao computador que execute uma ação (por exemplo, imprimir um documento), e o sistema operacional gerencia o *software* e o *hardware* para produzir o resultado esperado.
 - (C) Um usuário interage com o sistema operacional via uma ou mais aplicações de usuário e, muitas vezes, por meio de uma aplicação especial denominada *shell* ou interpretador de comandos.
 - (D) Primordialmente, são gerenciadores de recursos – gerenciam *hardware* como processadores, memória, dispositivos de entrada/saída e dispositivos de comunicação.
 - (E) O *software* que contém os componentes centrais do sistema operacional chama-se núcleo (*kernel*).
-
12. No *BrOffice Writer*, para apagar de uma só vez a palavra à esquerda do cursor utiliza-se
- (A) <Shift> + <Seta para esquerda>.
 - (B) <BackSpace>.
 - (C) .
 - (D) <Ctrl> + .
 - (E) <Ctrl> + <BackSpace>.
-
13. Para salvar uma apresentação do *BrOffice Impress* com senha,
- (A) clica-se no menu Arquivo e em seguida na opção Salvar como. Na janela que se abre, dá-se o nome ao arquivo no campo Nome, seleciona-se a opção Ferramentas, em seguida Opções Gerais e digita-se a senha. Para concluir, clica-se no botão Salvar.
 - (B) pressiona-se a combinação de teclas *Ctrl* + *Shift* + *S* e na tela que se abre, digita-se o nome do arquivo no campo Nome, a senha no campo Senha e clica-se no botão Salvar.
 - (C) clica-se no menu Arquivo e em seguida na opção Salvar. Na tela que se abre, digita-se o nome do arquivo no campo Nome, a senha no campo Senha e clica-se no botão Salvar.
 - (D) pressiona-se a combinação de teclas *Ctrl* + *S* e na tela que se abre, digita-se o nome do arquivo no campo Nome, seleciona-se a caixa de combinação Salvar com senha e clica-se no botão Salvar. Para concluir, digita-se e redigita-se a senha e clica-se no botão OK.
 - (E) clica-se no menu Arquivo e em seguida na opção Salvar. Na janela que se abre, dá-se o nome do arquivo no campo Nome, seleciona-se a opção Ferramentas, em seguida Salvar com senha. Na janela que se abre, digita-se e redigita-se a senha e clica-se no botão Salvar.
-
14. Sobre o Filtro *SmartScreen* do *Internet Explorer 9*, analise:
- I. Enquanto você navega pela Web, ele analisa as páginas da Web e determina se elas têm alguma característica que possa ser considerada suspeita. Se encontrar páginas da Web suspeitas, o *SmartScreen* exibirá uma mensagem dando a você a oportunidade de enviar um comentário e sugerindo que você proceda com cautela.
 - II. Verifica os sites visitados e os compara com uma lista dinâmica de sites de *phishing* e sites de *softwares* mal-intencionados relatados. Se encontrar uma correspondência, o Filtro *SmartScreen* exibirá um aviso notificando-o que o site foi bloqueado para a sua segurança.
 - III. Verifica os arquivos baixados da Web e os compara com uma lista de sites de *softwares* mal-intencionados relatados e programas conhecidos como inseguros. Se encontrar uma correspondência, o Filtro *SmartScreen* o avisará que o *download* foi bloqueado para a sua segurança.
 - IV. É um recurso no *Internet Explorer* que ajuda a detectar sites de *phishing*. Pode ajudar também a protegê-lo contra o *download* ou a instalação de *malware* (software mal-intencionado).
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I, II e III, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) IV, apenas.
-
15. São ações para manter o computador protegido, EXCETO:
- (A) Evitar o uso de versões de sistemas operacionais ultrapassadas, como *Windows 95* ou *98*.
 - (B) Excluir *spams* recebidos e não comprar nada anunciado através desses *spams*.
 - (C) Não utilizar *firewall*.
 - (D) Evitar utilizar perfil de administrador, preferindo sempre utilizar um perfil mais restrito.
 - (E) Não clicar em *links* não solicitados, pois *links* estranhos muitas vezes são vírus.

**Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**

16. Com relação a organização do Tribunal considere:

- I. Vagando o cargo de presidente e faltando mais de cento e oitenta dias para o término do biênio, proceder-se-á à eleição para complementação dos mandatos de presidente e vice-presidente.
- II. O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará elegerá seu presidente e vice-presidente dentre os dois desembargadores que o compõem, cabendo ao presidente o exercício cumulativo da Corregedoria Regional Eleitoral.
- III. O Supremo Tribunal Federal indicará primeiro e segundo substitutos para a categoria de desembargador.
- IV. Regula a antiguidade no Tribunal: a data da posse; a data da nomeação ou indicação; o anterior exercício como efetivo ou substituto; a idade.

De acordo com o Regimento, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

17. Ao presidente é facultado decidir monocraticamente as questões relativas a direitos e deveres dos servidores ou submetê-las à apreciação do Tribunal. Das decisões do presidente caberá

- (A) pedido de reconsideração e, do seu indeferimento, não caberá recurso para o Tribunal.
- (B) pedido de reconsideração e, do seu indeferimento, caberá recurso para o Tribunal, ambos no prazo de trinta dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (C) apenas recurso para o Tribunal no prazo de trinta dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (D) pedido de reconsideração e, do seu indeferimento, caberá recurso para o Tribunal, ambos no prazo de até dez dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (E) apenas recurso para o Tribunal no prazo de até dez dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.

18. Compete ao vice-presidente

- (A) mandar publicar, no prazo legal, os nomes dos candidatos registrados pelo Tribunal.
- (B) convocar sessões extraordinárias.
- (C) autorizar a distribuição e a redistribuição dos processos aos membros do Tribunal.
- (D) conhecer, em grau de recurso, de decisão administrativa do diretor geral da secretaria.
- (E) presidir a comissão apuradora das eleições.

19. O Tribunal reunir-se-á em sessões

- (A) ordinárias e administrativas, dezesseis vezes por mês.
- (B) ordinárias e administrativas, vinte vezes por mês.
- (C) ordinárias e administrativas, oito vezes por mês.
- (D) ordinárias, uma vez ao mês.
- (E) administrativas, cinco vezes ao mês.

20. Dentre os processos abaixo indicados, os que serão primeiramente julgados na sessão ordinária são os

- (A) que visam o cancelamento de Registro de Partido Político.
- (B) extrapauta.
- (C) que possam resultar em perda de mandato eletivo.
- (D) adiados, iniciando-se por aqueles com pedido de vista.
- (E) que possam resultar em inelegibilidade por prazo superior a dois anos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Considerando que José, Armando, Pedro, Adalberto e Paulo ocupam, respectivamente, os cargos de Advogado, de Deputado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de Vereador e de Governador de Estado, no tocante à Administração Pública, e em conformidade com o teor do texto constitucional, em regra, o subsídio de Alexandre, Promotor de Justiça, está limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, do subsídio de

- (A) Paulo.
- (B) Armando.
- (C) José.
- (D) Pedro.
- (E) Adalberto.

22. Tales, Ministro de Estado, e Igor, chefe de missão diplomática de caráter permanente, cometeram, respectivamente, infração penal comum e crime de responsabilidade. Nesses casos serão processados e julgados

- (A) originariamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) por meio de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) por meio de recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (E) por meio de recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

23. Considerando que Jaime, Luis, Gustavo, Jorge e João ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente da República, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da República, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Justiça será presidido por

- (A) Jaime e, nas suas ausências e impedimentos, por João.
- (B) Luis e, nas suas ausências e impedimentos, por Jorge.
- (C) Jorge.
- (D) Gustavo.
- (E) Jaime.

24. Segundo disposto na Constituição Federal, das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais caberá recurso quando

- (A) mantiverem mandatos eletivos municipais.
- (B) mantiverem diplomas de qualquer esfera governamental.
- (C) mantiverem mandatos eletivos federais.
- (D) mantiverem mandatos eletivos estaduais.
- (E) denegarem, dentre outros instrumentos constitucionais, o mandado de injunção.

25. O Governador do Estado do Pará teve a ideia de subdividir esse Estado em mais dois Estados, cuja subdivisão só poderá ocorrer mediante aprovação

- (A) do Presidente da República, ouvidos os Ministros da Justiça, da Casa Civil e do Planejamento.
- (B) da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (C) da maioria absoluta dos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, após referendo popular.
- (D) em dois turnos de votações na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com aprovação de no mínimo dois terços dos Deputados Estaduais em ambos os turnos de votação.
- (E) das Câmaras Municipais por maioria absoluta, cujos Municípios sejam afetados pela subdivisão do Estado.

Direito Eleitoral

26. Pedro tem 32 anos de idade. Mesmo preenchidos os demais requisitos legais, NÃO poderá, em razão da sua idade, candidatar-se, dentre outros, ao cargo de

- (A) Prefeito Municipal.
- (B) Governador de Estado.
- (C) Deputado Federal.
- (D) Deputado Estadual.
- (E) Senador.

27. NÃO é requisito para a transferência do eleitor,

- (A) o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- (B) o recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente.
- (C) o parecer favorável do Ministério Público Eleitoral.
- (D) a residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.
- (E) a prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

28. A ação de impugnação de mandato eletivo

- (A) pode ser ajuizada contra candidato eleito, até a diplomação.
- (B) contra deputados federais deve ser ajuizada perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) só pode ser ajuizada por partido político ou coligação.
- (D) deve tramitar em segredo de justiça.
- (E) comporta recurso somente quando for julgada improcedente.



29. Os partidos políticos (A) podem desenvolver campanhas publicitárias pagas por entidades estrangeiras. (B) são obrigados a conservar os documentos comprobatórios de suas prestações de contas por, pelo menos, cinco anos. (C) não podem impugnar as prestações de contas de outros partidos, função que cabe exclusivamente à Justiça Eleitoral. (D) podem ser mantidos por entidade de classe ou sindical, desde que os respectivos diretores sejam diferentes. (E) não estão obrigados, no ano em que ocorrem eleições, a enviar à Justiça Eleitoral nem balanço anual, nem balancetes mensais.	32. A respeito da propaganda partidária, considere: I. A propaganda partidária paga no rádio e na televisão só é permitida no ano em que não se realizarem eleições. II. A divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos só pode ser feita durante a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão até o dia 5 de julho do ano da eleição. III. A propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão será feita através de transmissões em bloco, em cadeia nacional ou estadual, ou em inserções de trinta segundos e um minuto, no intervalo da programação normal das emissoras. Está correto o que se afirma APENAS em (A) III. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) II.
30. A nomeação dos membros das Juntas Eleitorais e a designação das respectivas sedes compete ao (A) Corregedor Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral, respectivamente. (B) Juiz Eleitoral da Zona Eleitoral correspondente, após aprovação do Ministério Público. (C) Tribunal Regional Eleitoral e ao Juiz Eleitoral, respectivamente. (D) Superior Tribunal Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente. (E) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, após a aprovação desse órgão.	33. Das decisões que versarem sobre a expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais e das decisões que denegarem <i>habeas corpus</i> ou mandado de segurança, (A) cabe recurso especial e ordinário, respectivamente. (B) cabe somente recurso especial. (C) cabe recurso ordinário e especial, respectivamente. (D) cabe recurso ordinário. (E) não cabe recurso.
31. Na convenção do Partido Alpha, Tício foi escolhido candidato a Governador do Estado, Paulus foi escolhido candidato a Vice-Governador do Estado, Lucius foi, dentre outros, escolhido candidato a Deputado Federal e Ângelus foi, dentre outros, escolhido candidato a Deputado Estadual. Todos tiveram o registro de suas candidaturas deferido. Quarenta e cinco dias antes do pleito, quando viajavam juntos em campanha eleitoral, o veículo em que se encontravam sofreu colisão e os quatro vieram a falecer. Nesse caso, o partido (A) não poderá substituir nenhum dos candidatos falecidos, posto que os óbitos ocorreram a menos de sessenta dias do pleito. (B) poderá substituir os candidatos a Deputado Federal e Deputado Estadual, apenas, desde que o registro do substituto seja feito dentro de dez dias contados da data dos óbitos. (C) poderá substituir os candidatos a Governador e Vice-Governador, apenas, desde que o registro do substituto seja feito dentro de dez dias contados da data dos óbitos. (D) poderá substituir o candidato a Deputado Federal, apenas, desde que o registro do substituto seja feito dentro de dez dias contados da data do óbito. (E) poderá substituir o candidato a Deputado Estadual, apenas, desde que o registro do substituto seja feito dentro de dez dias contados da data do óbito.	Direito Administrativo 34. Marcio foi aprovado em concurso público e, em seguida, nomeado para o respectivo cargo no âmbito da Prefeitura de Fortaleza. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente. Ocorre que Marcio recusou-se a apresentar declaração dos bens, dentro do prazo determinado. Nesse caso, Marcio (A) não sofrerá punição, tendo em vista que não é considerado agente público; portanto, não se sujeita a tal obrigatoriedade. (B) será punido com pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. (C) será punido com pena de advertência e proibido de concorrer a novos concursos públicos pelo prazo de um ano. (D) não sofrerá punição, pois a recusa em apresentar a declaração, dentro do prazo determinado, não configura infração passível de penalidade. (E) será punido com pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.



35. Provimentos são atos administrativos internos, contendo determinações e instruções que a Corregedoria ou os tribunais expedem para a regularização e uniformização dos serviços, com o objetivo de evitar erros e omissões na observância da lei.

Segundo o conceito acima, de Hely Lopes Meirelles, trata-se de atos administrativos

- (A) punitivos.
- (B) declaratórios.
- (C) enunciativos.
- (D) negociais.
- (E) ordinatórios.

36. O bem público de uso especial

- (A) pode ser utilizado pelos indivíduos, mas essa utilização deverá observar as condições previamente estabelecidas pela pessoa jurídica interessada.
- (B) é destinado a fins públicos, sendo essa destinação inerente à própria natureza desse bem, como ocorre, por exemplo, com as estradas e praças.
- (C) possui regime jurídico de direito público, aplicando-se, a essa modalidade de bem, institutos regidos pelo direito privado.
- (D) possui regime jurídico de direito privado, portanto, passível de alienação.
- (E) está fora do comércio jurídico do direito privado, ainda que não mantenha essa afetação.

37. O Estado do Ceará pretende realizar procedimento licitatório para a realização de obra de engenharia no valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil reais). A modalidade de licitação para tal hipótese é

- (A) concorrência ou tomada de preços.
- (B) tomada de preços, apenas.
- (C) concorrência, apenas.
- (D) tomada de preços ou convite.
- (E) convite, apenas.

38. Considere as assertivas abaixo atinentes aos princípios do processo administrativo:

- I. O princípio da oficialidade está presente no poder de iniciativa da Administração Pública para instaurar o processo, na instrução do processo e também na revisão de suas decisões.
- II. No processo administrativo, prevalece o princípio da atipicidade, no sentido de que muitas infrações administrativas não são descritas com precisão na lei.
- III. No processo administrativo, embora vigore o princípio da pluralidade de instâncias, não é permitido alegar em instância superior o que não foi arguido de início.
- IV. É consequência do princípio da pluralidade de instâncias reexaminar a matéria de fato e produzir novas provas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.

39. A empresa "Y" sagrou-se vencedora de determinado procedimento licitatório. Em razão disso, a Administração Pública convocou-a regularmente para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos. No entanto, a empresa "Y", injustificadamente, não compareceu para a assinatura do termo de contrato.

Diante do fato narrado e nos termos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993),

- (A) é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- (B) a Administração está obrigada a revogar a licitação.
- (C) o prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez.
- (D) a Administração deverá anular a licitação.
- (E) o fato narrado caracteriza descumprimento parcial da obrigação assumida, ficando a empresa "Y" proibida de participar de novo certame pelo prazo de dois anos.

40. Na concessão de serviço público, a rescisão unilateral por motivo de inadimplemento contratual denomina-se

- (A) retrocessão.
- (B) encampação.
- (C) reversão.
- (D) caducidade.
- (E) adjudicação.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

41. De acordo com a Lei nº 11.416/2006, o Adicional de Qualificação – AQ relativo a título de Mestre e Doutor é, respectivamente, de

- (A) 7,5% e 10% incidindo sobre vencimento básico do servidor.
- (B) 12,5% e 15% sobre o salário do servidor.
- (C) 10% e 12,5% incidindo sobre vencimento básico do servidor.
- (D) 5% e 7,5% incidindo sobre os vencimentos do servidor.
- (E) 15% e 17,5% sobre o salário do servidor.

42. O servidor das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário cedido

- (A) perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.
- (B) não perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.
- (C) não perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, inclusive na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.
- (D) não perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, em qualquer hipótese.
- (E) perceberá, durante o afastamento, 50% da Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, em qualquer hipótese.



43. De acordo com a Lei nº 11.416/2006, a Gratificação de Atividade Externa – GAE é devida exclusivamente aos ocupantes

- (A) do cargo de Técnico Judiciário.
- (B) do cargo de Analista Judiciário – área administrativa.
- (C) dos cargos de Analista Judiciário – área judiciária e Auxiliar Judiciário.
- (D) do cargo de Analista Judiciário – área judiciária Oficial de Justiça Avaliador Federal.
- (E) dos cargos de Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.

44. Considere:

- I. Nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia.
- II. O deslocamento tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.
- III. O deslocamento tenha ocorrido após 30 de junho de 2006.
- IV. O cônjuge do servidor ocupe imóvel funcional.

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor se atendidos, dentre outros, os requisitos mencionados APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

45. Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, esta licença será

- (A) por prazo indeterminado e sem remuneração.
- (B) de até 120 dias consecutivos, com remuneração.
- (C) de até 180 dias consecutivos, sem remuneração.
- (D) de, no máximo, 90 dias, com remuneração na sua integralidade.
- (E) de, no máximo, 90 dias, com remuneração de 50% dos vencimentos líquidos.

Direito Civil

46. No tocante ao adimplemento e extinção das obrigações, segundo o Código Civil brasileiro, é certo que

- (A) é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (B) sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes não se presumem pagos.
- (C) a entrega do título ao devedor, em regra, não firma a presunção do pagamento.
- (D) em regra, quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última não estabelece a presunção de estarem solvidas as anteriores.
- (E) o devedor que paga tem direito a quitação regular, mas não pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.

47. João e Vicentina faleceram deixando um filho, Bruno, de dez anos de idade. Eva, avó materna de Bruno, possui 65 anos de idade; Clodoaldo, avô materno de Bruno, possui 71 anos de idade; José, irmão de João, possui 30 anos de idade e quatro filhos dependentes, e Murilo, irmão de Vicentina, possui quarenta anos de idade e dois filhos dependentes. Neste caso, considerando que todos gozam de boa saúde, bem como que todos residem no mesmo bairro, na mesma cidade, e que nunca exerceram tutela ou curatela, de acordo com o Código Civil brasileiro, podem escusar-se da tutela APENAS

- (A) Clodoaldo.
- (B) Eva e Clodoaldo.
- (C) José e Murilo.
- (D) José.
- (E) Eva, Clodoaldo e José.

48. Considere:

- I. A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- II. A pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários.
- III. A pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- IV. A pretensão dos hospedeiros para o pagamento da hospedagem.

De acordo com o Código Civil brasileiro, prescreve em cinco anos as pretensões indicadas APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) I e IV.



49. Com relação a Posse, considere:

- I. As benfeitorias não se compensam com os danos, e só obrigam ao ressarcimento se, ao tempo da evicção, ainda existirem.
- II. O possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.
- III. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidos somente as benfeitorias necessárias.
- IV. O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e IV.

Direito Processual Civil

50. Simoneta ajuizou ação de despejo para uso próprio em face de Gabriela perante o Juizado Especial Cível competente. A ação possui o valor da causa de R\$ 18.000,00. Neste caso, de acordo com a Lei nº 9.099/1995, o Juizado Especial Cível é

- (A) competente para apreciar tal demanda, mas Simoneta deverá obrigatoriamente estar assistida por advogado.
- (B) competente para apreciar tal demanda, sendo a assistência do advogado facultativa para Simoneta.
- (C) incompetente para apreciar a demanda em razão do valor da causa extrapolar o limite permitido na referida lei.
- (D) incompetente para apreciar tal demanda uma vez que qualquer ação de despejo está excluída do rol de ações previstas na referida lei.
- (E) incompetente para apreciar tal demanda uma vez que apenas a ação de despejo para uso próprio está excluída do rol de ações previstas na referida lei.

51. No tocante a Ação Civil Pública considere:

- I. O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 dias úteis.
- II. Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 15 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- III. A promoção de arquivamento dos autos do inquérito civil será submetida a exame e deliberação do Colégio dos Procuradores de Justiça, conforme dispuser o seu Regimento.
- IV. Em regra, constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 a 3 anos, mais multa, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.

52. O requerido será citado,

- (A) no procedimento cautelar de arresto, para, no prazo de 10 dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- (B) no procedimento cautelar de arrolamento de bens, para, no prazo de 10 dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- (C) qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 15 dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- (D) qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 5 dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- (E) no procedimento cautelar de busca e apreensão, para, no prazo de até 48 horas, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.

53. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 dias. Da decisão do relator que não conhecer do agravo, negar-lhe provimento ou decidir, desde logo, o recurso não admitido na origem,

- (A) não caberá recurso.
- (B) caberá agravo, no prazo de 5 dias, ao órgão competente.
- (C) caberá agravo, no prazo de dez dias, ao órgão competente.
- (D) caberá mandado de segurança, no prazo de 120 dias.
- (E) caberá mandado de segurança, no prazo de 180 dias.

**Direito Penal**

54. José, João e Mario praticam um determinado delito. Contudo, José, um dos concorrentes, queria participar de delito menos grave daquele cometido pelos agentes. Neste caso, para José, será aplicada a pena do crime
- (A) menos grave, aumentada de 1/6 a 2/3, independentemente da previsibilidade do resultado mais grave.
- (B) mais grave diminuída de 1/6 a 1/3.
- (C) mais grave em qualquer hipótese.
- (D) menos grave, que será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- (E) menos grave, em qualquer hipótese, sem nenhuma majoração ou redução.
55. NÃO é uma das condições necessárias dentre aquelas estabelecidas pelo Código Penal para aplicação da lei brasileira, ao crime cometido no estrangeiro praticado por brasileiro:
- (A) entrar o agente no território nacional no prazo máximo de dois anos após o crime.
- (B) ser o fato punível também no país onde foi praticado.
- (C) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição.
- (D) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro.
- (E) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro.
56. Pedro, menor de dezessete anos, comete um ato infracional equiparado a crime de roubo contra um supermercado, empreendendo fuga logo em seguida. José, seu melhor amigo, de 22 anos de idade, deixa Pedro ingressar em sua residência e ali permanecer por alguns dias, impedindo a ação da Polícia. Neste caso, José
- (A) cometeu crime de tráfico de influência.
- (B) cometeu crime de favorecimento pessoal.
- (C) não cometeu nenhum crime.
- (D) cometeu crime de favorecimento real.
- (E) cometeu crime de fraude processual.
57. Manoel e Reinaldo, funcionários de uma copiadora, utilizavam carimbos de autenticação pertencentes a um determinado Ofício de Notas e Protestos da comarca de Aracaju, fornecidos pelo próprio Tabelião, em cópias de documentos, encaminhando-as posteriormente ao cartório para aposição de assinaturas por escreventes autorizados. Manoel e Reinaldo praticaram em tese, crime de
- (A) exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- (B) usurpação de função pública.
- (C) advocacia administrativa.
- (D) corrupção ativa.
- (E) tráfico de influência.

Direito Processual Penal

58. José, primário, de bons antecedentes e regularmente identificado, está sendo investigado em regular inquérito policial, acusado de praticar crime de contrabando na forma simples, punido com reclusão de um a quatro anos. Nesse caso,
- (A) o Juiz poderá aplicar de ofício a José, durante a fase investigatória, uma das medidas cautelares substitutivas da prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos legais para tanto.
- (B) o Juiz poderá decretar, de ofício, durante a fase investigatória, presentes os requisitos legais, a prisão preventiva de José.
- (C) havendo prisão em flagrante e tratando-se de crime inafiançável, o juiz poderá conceder a José liberdade provisória.
- (D) havendo prisão em flagrante, a Autoridade Policial não poderá arbitrar a fiança ao réu, cabendo exclusivamente ao Magistrado fixá-la.
- (E) o Juiz, em regra, não poderá decretar a prisão preventiva de José.
59. Sobre a competência, de acordo com o Código de Processo Penal, analise as assertivas abaixo.
- I. Tratando-se de infração permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será determinada pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- II. Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- III. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- IV. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante não poderá preferir o foro de domicílio ou de residência do réu se conhecido o lugar da infração.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e II.
60. Xisto é denunciado pelo Ministério Público por crimes de peculato e prevaricação. Após a autuação, o Magistrado competente, em decisão fundamentada, recebe parcialmente a denúncia. Contra esta decisão caberá
- (A) Apelação, no prazo de quinze dias.
- (B) Apelação, no prazo de oito dias.
- (C) Recurso em Sentido Estrito, no prazo de oito dias.
- (D) Apelação, no prazo de cinco dias.
- (E) Recurso em Sentido Estrito, no prazo de cinco dias.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**Instruções:

Conforme Edital deste Concurso, item 5 do **Capítulo X. Da Prova Discursiva – Redação**, será atribuída nota ZERO, dentre outros itens, à redação que:

- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

A redação deverá ter a extensão mínima de 20 e máxima de 30 linhas, considerando-se letra de tamanho regular.

Escolha UMA (**apenas uma**) das seguintes propostas para a sua redação e identifique na Folha de Redação o número da proposta escolhida.

PROPOSTA 1

*Os protestos e manifestações realizados em diversos países pelo que ficou conhecido como **The Occupy movement** (Movimento de ocupação), trazendo como principal slogan “Nós somos os 99%”, têm se voltado contra as crescentes desigualdades econômicas e sociais. O principal executivo de um dos maiores bancos do mundo, com sede na Grã-Bretanha, pode ilustrar à perfeição o 1% restante e os gritantes contrastes entre os ganhos dos dois grupos. Segundo o jornal **The Guardian**, o salário para essa função aumentou quase 5.000% em trinta anos, ao passo que a média salarial no país cresceu apenas três vezes no mesmo período.*

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

As desigualdades econômicas e os movimentos sociais**PROPOSTA 2**

UE, ANSA, ALADI, CAO, MERCOSUL... Essas e outras siglas passaram, nas últimas décadas, a dividir espaço na mídia com os nomes dos países mais conhecidos que participam desses agrupamentos voltados à integração econômica e, eventualmente, social e política. Se o sucesso da União Europeia, o bloco de história mais antiga, foi provavelmente um dos fatores fundamentais para a disseminação dessa ideia, a atual crise do bloco europeu e da zona do Euro pode ter o efeito contrário. Para uns, a única solução é o retorno ao isolamento; outros asseguram que ela só virá com uma integração ainda maior e mais estreita. É desse debate que depende, entre outras coisas, o futuro de uma utopia: a abolição de todas as fronteiras.*

* UE – União Europeia; ANSA – Associação de Nações do Sudeste Asiático; ALADI – Associação Latino-Americana de Integração; CAO – Comunidade da África Oriental; MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A integração econômica e política entre os países



PROPOSTA ESCOLHIDA:

Nº:

RASCUNHO